UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TRABALHO DO POLICIAL MILITAR E O SOFRIMENTO PSÍQUICO

ANISIO AMARO DE SOUSA NETO

CAMPINA GRANDE 2015

ANISIO AMARO DE SOUSA NETO

TRABALHO DO POLICIAL MILITAR E O SOFRIMENTO PSÍQUICO

Trabalho apresentado à Unidade Acadêmica de Psicologia ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, Campus Campina Grande-PB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Psicólogo, sob a orientação do Professor Dr. Ângelo Xavier de Miranda.

CAMPINA GRANDE 2015

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial "Tereza Brasileiro Silva"- UFCG

S725t

Sousa Neto, Anísio Amaro de.

Trabalho policial militar e o sofrimento psíquico/ Anísio Amaro de Sousa Neto. – Campina Grande, PB: O autor, 2015.

12 f. 21 x 27,9 cm.

Orientadora: Ângelo Xavier de Miranda.

Artigo (Graduação em Psicologia) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, 2015.

Inclui bibliografia.

1. Policial Militar. 2.Saúde Mental. 3.Sofrimento Psíquico. I. Miranda, Ângelo Xavier de. (Orientador). II. Titulo.

UFCG/CCBS/BSTBS

CDU 159.964.2 (813.3)

ANISIO AMARO DE SOUSA NETO

TRABALHO DO POLICIAL MILITAR E O SOFRIMENTO PSÍQUICO

DATA DA DEFESA: 30 de Novembro de 2015.

NOTA DE AVALIAÇÃO: 8,5.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ângelo Xavier de Miranda Universidade Federal de Campina Grande

Prof.Ms. Tiago Iwasawa Neves Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Aline Vieira de Lima Nunes Universidade Federal de Campina Grande **RESUMO**

O presente artigo pretende identificar os principais fatores associados ao adoecimento e

sofrimento psíquico do Policial Militar, a partir de uma abordagem qualitativa através

da técnica de revisão bibliográfica. Os textos utilizados no estudo se encontram em

bases de dados como Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online

(SciELO) e Latin American and Caribbean Health Sciences (Lilacs). Sua relevância se

dá pela pertinência e escassez de discussões referentes ao trabalho do Policial Militar e

suas implicações ao sujeito, no tocante a sua saúde e possíveis sofrimentos psíquicos.

Trata-se também de uma iniciativa ao surgimento de novos estudos e propostas de

intervenção, como também de um "despertar horizontes" em prol do enfrentamento das

demandas subjacentes a este cenário recheado de delicadezas.

Palavras-chave: Policial Militar, Saúde Mental e Sofrimento Psíquico.

ABSTRACT

This article aims to identify the main factors associated with the disease and psychic

suffering the military police, from a qualitative approach through literature review

technique. The texts used in the study are found in databases such as Google Scholar,

Scientific Electronic Library Online (SciELO) and Latin American and Caribbean

Health Sciences (Lilacs). Its relevance is by relevance and lack of discussions relating to

the work of the Military Police and its implications to the subject, regarding your health

and possible sufferings psychic; this is also an initiative to the emergence of new studies

and proposals for action, as well as an "awakening horizons" for the sake of coping with

the demands underlying this delicacies stuffed scenario.

Keywords: Military Police; Mental Health; Psychic Suffering.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 OBJETIVOS	
2.1 Objetivo Geral	8
2.2 Objetivos Específicos	8
3 METODOLOGIA	9
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
4.1 Saúde do Trabalhador	11
4.2 Prevenção e Promoção de Saúde Mental do Trabalhador Militar	13
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
REFERÊNCIAS	14

INTRODUÇÃO

A Polícia Militar (PM) brasileira é uma instituição pública ainda marcada por uma estrutura burocrática e rígida de funcionamento, tendo suas raízes no século XIX. Na década de sessenta, período de Ditadura Militar, é acometida por reconfigurações que atendiam às exigências do período e se perpetuam até a atualidade. Segundo Silva e Vieira (2008), este órgão permanece com um princípio de atuação que exclui ideias contrárias à maioria dos pressupostos de atuação do Regime Militar.

Levando em consideração a situação da Segurança Pública do nosso país, crescimento frequente e contínuo das mais diversas formas de Exclusão Social, violência e criminalidade, assim como muitas estratégias e políticas cada vez mais ineficientes, há uma lógica nesta conjuntura que é dirigida aos policiais militares (PONCIONI, 2005). Mesmo sem saber quais suas reais atribuições, a população de modo geral demanda que estes policiais sejam aqueles que resolverão seus problemas e isso aumenta as críticas em torno de sua atuação enquanto sujeitos que representam a "Segurança" e/ou "proteção". Ao tempo que "resolvem" algo são avaliados sobre como isso procede e no contrário são percebidos como "fracos" ou quem "não resolve nada".

A caracterização dada ao Policial Militar era de indivíduos que trabalham de modo permanente ou transitório, com atividades no setor estadual e federal e que recebe custeio pelos seus serviços. E para considera-lo um bom profissional, este deveria saber lidar com o conjunto de tarefas a ele atribuídas, "não podendo abster-se de cumpri-las, mesmo que isso acarrete um dilema pessoal" (GASPARINI, 2001; JESUS, 2001. pp. 35).

O trabalho diário deste profissional diz respeito a viver em tensão (na "alerta") e enfrentar várias situações de risco que normalmente se divide em proteger a população e deparar-se com o perigo eminente à mercê de diversas formas de violência, inclusive os crimes contra a vida. O próprio juramento de compromisso da profissão versa que os policiais devem "defender a sociedade", com o risco da própria vida situação corriqueira. (OLIVEIRA, SANTOS, 2010).

Assim, na visão de Côndolo *et al* (2006) o indivíduo que vivencia situações constantes de estresse, logo poderá desencadear vários desequilíbrios psíquicos como um nível mais alto de estresse, o *distress*: que poderá induzir a diversas formas de sofrimento psíquico (depressão, pânico, burnout e etc., os quais não serão enfatizados aqui) também em

decorrência da falta de atenção e cuidados especializados no campo da Saúde Mental que possa vir a dar espaço a estas demandas. (LIMA, 2003; COSTA, 2007).

Um ambiente laboral que não possui apoio social, onde há péssimas condições de trabalho, falta de reconhecimento e pouca comunicação pode acarretar no desenvolvimento do sofrimento psíquico associado ao trabalho. A violência vivenciada pelos policiais aumenta o sofrimento destes, considerando a cultura social que se constrói por conta da profissão, uma vez que os próprios policiais tornam a violência legítima (SOUZA e MINAYO, 2005).

Quando a demanda é alta e o controle sobre o trabalho é baixo a exigência laboral é grande, desencadeando o sofrimento psíquico. Os profissionais que vivenciam a violência e a agressividade diariamente estão especialmente incluídos na incidência de processos psicopatológicos, assim como, na formação de sintomas psicossomáticos (FERREIRA *et al.*, 2012).

Destarte, faz-se importante compreendermos que umas das consequências destas diversas formas de sofrimento psíquico em decorrência das tentativas frustradas de adequação às exigências sociais, ao próprio sistema político e econômico no qual estamos inseridos, como também as prerrogativas do mundo do trabalho. Assim como os sintomas que aparecem nesse contexto, o suicídio apresenta-se como outra importante manifestação do sofrimento, fenômeno este que é um furo para a Psicologia e deveria ser pensado enquanto da ordem da "Saúde" Pública. (OLIVEIRA, 2011), pois muitas vezes a leitura que se faz do mesmo levanos sempre a relaciona-lo às questões da ordem do fórum íntimo.

Umas das principais premissas que o Freud nos lega para uma leitura dos projetos civilizatórios tal como esses vem se apresentando na historia da humanidade encontra-se no Mal-estar da civilização (1929-1930). Texto de suma importância não só à psicanalise, mas para as ciências como um todo. Nele a sociedade, segundo Freud, exige por demais dos seus "associados", pois em sua plataforma ético-política renúncia e coerção andam juntas, como dispositivos que asseguram a vida em comunidade ao mesmo tempo em que demarca a condição de assujeitamento a que todos estamos reduzidos. Se a renuncia é eleita como premissa ao reconhecimento do sujeito, a coerção é instituída nas diversas organizações societárias: Família, Estado, Igrejas e seus dispositivos educacionais, governamentais e promoção de saúde.

Nesse sentido, as formações sintomáticas, enquanto manifestação de um esforço de retomar o lugar que é próprio ao sujeito, pode ser compreendida como uma das diversas maneiras deste sujeito permanecer em sociedade. O comportamento "estranho" (fora dos padrões exigidos) é uma tentativa de enfrentar o real caótico. Já o suicídio, será colocado aqui

enquanto limite. Um "não suportar o sofrimento psíquico", como também o "furo da psicologia", já que estes sujeitos não encontram formas de se colocar no mundo e/ou não desejam mais fazer parte dele.

Neste contexto compreende-se que os policiais são extremamente afetados e não possuem um lugar de destaque enquanto pessoas que também são acometidas por esses fenômenos. Exemplo disso foi a cartilha de 2013 do Conselho Federal de Psicologia que tem por título "Suicídio e os desafios para a Psicologia". Nela, quando se fala sobre os policiais, é mais uma vez retificando que este deve estar preparado para perceber quando alguma situação é propícia a algum suicídio ou se sensibilizar nelas para poder cuidar do outro.

Em contrapartida, os números de suicídio desta classe trabalhadora aumentam com o passar dos anos e não há nenhum trabalho voltado especificamente aos mesmos por parte do setor público brasileiro. Assim como a ausência de estratégias de reformulação das diretrizes que regem a profissão do Policial Militar e/ou melhorias nas condições de trabalho deste profissional.

Em face dessas considerações, o presente trabalho pretende identificar os principais fatores associados ao adoecimento e Sofrimento Psíquico do Policial Militar. Se mostrando de grande relevância por ser um dos poucos que abordam diretamente a temática, possibilitando estudos mais aprofundados e dando abertura também para possíveis projetos de intervenção que dê espaço a este profissional e vise um lugar para ele na rede de cuidado no campo da Saúde.

2 OBJETIVO S

2.1 Objetivo Geral

 Identificar os principais fatores associados ao adoecimento e Sofrimento Psíquico do Policial Militar.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar quais os principais riscos presentes na profissão do Policial Militar.
- Perceber o contexto e condições de trabalho do Policial Militar.

- Relacionar a profissão do Policial Militar com o sofrimento psíquico e o campo da Saúde Mental.
- Possibilitar estudos aprofundados sobre o trabalho do Policial Militar e Sofrimento Psíquico.
- Possibilitar estratégias de intervenção em Saúde Metal para o Policial Militar no campo da Saúde Pública.

3 METODOLOGIA

Este trabalho refere-se a uma pesquisa qualitativa e do tipo exploratória e a técnica para viabilizá-la chama-se Revisão Bibliográfica, de acordo com os pressupostos de Gil (2008), que nos esclarece sobre esta ferramenta como algo que nos possibilita, a partir de um levantamento bibliográfico, familiaridade com o objeto e/ou problema de estudo.

No tocante ao tipo exploratória, reconhecemos que este tipo de recurso exige do pesquisador "uma série de informações sobre o que deseja pesquisar", tornando viável a familiaridade e compreensão de um assunto de forma crítica sobre realidades pouco conhecidas. (GERHARDT *et al*, 2005, p.35).

Os artigos inerentes ao trabalho foram selecionados a partir de pesquisas em bases científicas, como, por exemplo, a SciELO, LILACS, Google Acadêmico, acesso a Livros e recortes de textos, considerando os descritores e seus afins em torno de: Policial Militar,

Sobre os critérios de seleção e inclusão da amostra: escrito na língua portuguesa ou espanhola, prioridade a publicações nos últimos 15 anos e que abordasse os descritores diretamente ou de forma contextualizada; sendo excluídos os documentos disponíveis de forma on-line ou física que não se enquadravam nos critérios de sistematização e inclusão da amostra de pesquisa/estudo.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com frequência, o Policial Militar, lida com diversas situações de risco e perigo (SARTORI, 2006 *apud* OLIVEIRA, 2011). Recai sobre ele uma série de exigências: presença constante nos diversos cenários sociais, um serviço de inteligência efetiva que o

instrumentalize à prevenção do crime e fundamentalmente ações de máxima resolubilidade que vai desde de um delito em si, a uma demanda de cunho conciliatórios entre ex-cônjuges.

Pessoas das mais diversas culturas, que esperam desse policial um atendimento de qualidade e, sobretudo, humanizado, pois quem se depara com algum tipo de perigo, encontra-se fragilizado psicologicamente e sem possibilidades de defesa implica na necessidade de policiais preparados, conforme nos esclarece Costa (2007).

"A insatisfação percebida junto a população quanto às descabidas ações do policial militar brasileiro é decorrente das constantes denúncias de corrupção, crueldade, crueldade, dentre outros comportamentos conflitantes (...). Somado a este fator, encontra-se o desconhecimento da população brasileira sobre as políticas internas levadas a efeito nas corporações, assim como da cultura e procedimentos institucionais desenvolvidos e utilizados no dia-a-dia da formação do policial militar". (COSTA, 2007, p. 9).

Por outro lado, não se observa dentro da instituição policial, um trabalho efetivo que vise, minimamente, a problematização das condições de trabalho e sua relação com o campo da saúde mental. (OLIVEIRA, 2011). Ou seja, não há propostas que venham a dar espaço para que o Policial Militar lide com as questões deste contexto, perigoso e estressante, de forma resiliente. Nesse sentido, faz-se importante que este trabalhador esteja com determinadas exigências em dia: saúde física e emocional em ordem (Se é que isso é, de fato, possível). Para a Scliar (2007), por exemplo, saúde reflete a conjuntura social, econômica, política e cultural e, portanto, não representa a mesma coisa para todas as pessoas.

Na concepção de Oliveira e Santos (2010), ter saúde mental consiste em apreciar a vida, aprender a lidar com as adversidades e buscar estratégias de controle emocional. Compreende que existem vários fatores que podem contribuir para que a chamada saúde mental desses profissionais seja comprometida: o distanciamento dos seus familiares, falta de condições de trabalho, baixo reconhecimento e valorização profissional por parte dos diversos atores sociais. Por vezes, desmotivando-os e colocando estes profissionais em situações constrangedoras e marginalizadas.

Deste modo, faz-se necessário entender alguns conceitos, tal como o *Estresse*. Este pode ser definido como a soma de respostas fisiológicas ou emocionais, determinadas por estímulos externos (estressores). Já a *Ansiedade* e a *Tensão* tornam-se perceptíveis pelo organismo, no qual exigem maneiras adaptativas que possibilite a resiliência dos trabalhadores. (POLITO e BERGAMASHI, 2006 *apud* OLIVEIRA, 2011).

A adequação que citamos acima é compreendida por Oliveira (2011) como necessária no ambiente em que o indivíduo trabalha, para que não ocorra o *Estresse Laboral*,

que trata da percepção e experiências de tensão vivenciadas pelo trabalhador e que pode tornar aquele ambiente como assustador devido à disparidade entre o que é exigido e o que é realizado (OLIVEIRA, 2011).

Condolo (*et al*, 2007) fala sobre Eustresse e Distresse no contexto do trabalho. O *Eustresse* é o estresse positivo, que impulsiona o indivíduo para a vida, para reagir positivamente frente aos estressores. Na contramão, surge o *Distresse* que refere-se às ligações emocionais negativas diante de uma situação de perigo, podendo conduzir os Policiais Militares a quadros depressivos.

Com isso, há um enfraquecimento da pessoa que não consegue mais se adaptar ou resistir às condições estressoras e, assim, as doenças começam a surgir, a nível biológico e psíquico (ROSSET *et. al.*, 2008; LIPP, 2001).

4.1 Saúde do Trabalhador

A Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho – PNSST, criada em 7 de novembro de 2011, pelo Decreto Nº 7.602, tem como objetivo promover ao trabalhador melhor saúde e da qualidade de vida, prevenindo acidentes e de perdas à saúde que ocorram no trabalho ou no andamento dele, através da diminuição dos riscos no contexto laboral (BRASIL, 2011).

Um dos princípios da PNSST é a universalidade, colaborando com a estratégia de segurança e saúde do policial militar, uma vez que esse agente de segurança está exposto a inúmeros riscos ocupacionais que afetam diretamente sua saúde e qualidade de vida. Nessa perspectiva, é difícil estabelecer uma relação entre a saúde mental do trabalhador e os aspectos organizacionais do trabalho. O Manual de Procedimento Para o Serviço de Saúde afirma que "A prevenção dos 'transtornos mentais' e dos comportamentos relacionados ao trabalho baseia-se nos procedimentos de vigilância dos agravos à saúde e dos ambientes e condições de trabalho". (BRASIL, 2001).

A partir da perspectiva do estresse vários estudos vêm sendo realizados, analisando os impactos do trabalho sobre a saúde dos policiais. O conteúdo violento do trabalho policial, o contato rotineiro com a morte e a violência e a constante pressão das responsabilidades são considerados elementos do cotidiano de trabalho causadores de danos à saúde dos policiais (AMIR, 1995).

Nogueira e Moreira (1999), ao discutirem as formações grupais e seus efeitos nas instituições policiais, apontam para a significativa incidência de suicídio entre os

componentes de corporações militares, mostrando índices diferenciados e maiores do que os apresentados pela população civil. Ao analisar essa situação, aponta que uma das causas é o fato de que a morte faz parte do cotidiano do policial militar, o que pode levar à sua banalização. Assim, colocam a possibilidade de que o indivíduo o veja como uma saída rápida da infelicidade.

Já Rezende (1999), ao analisar o caso de suicídio de um policial militar de Minas Gerais, buscou fazer uma reflexão acerca dessa atuação. Uma vez que, enquanto o militar pôs fim à sua vida, a instituição, alvo de seu ataque, saiu ilesa. Uma das formas possíveis de se lidar com a questão do suicídio entre policiais militares seria um trabalho preventivo, inter e multiprofissional, envolvendo toda a instituição e através da fala e da escuta resguardar a condição psíquica dos sujeitos.

A importância da prevenção é estudada por Paparounis (2002), que afirma que quando não há um tratamento preventivo, as chances de que 2 milhões de deprimidos surgirão a cada ano. Além de que, segundo Diniz (2007), há um descrédito do brasileiro em aceitar a depressão enquanto doença, pois no âmbito do trabalho é vista de forma preconceituosa por chefes e colegas, fortalecendo o tabu.

Aos poucos e sem sinalizar, a depressão ou demais formas de sofrimento psíquico, pode alterar muito o desempenho no trabalho e a qualidade de vida dos sujeitos. (MORENO, 2005). Sendo uma doença que altera o estado de humor, deixando o sujeito angustiado, desanimado com falta de energia e com muita tristeza, atingindo também os sentimentos e deixando a pessoa em conflito e confuso diante das ideias e pensamentos.

O sofrimento físico e o mental não se apresentam de forma separada, pois são ambos resultantes do conjunto de situações vivenciadas no cotidiano do trabalho. Rodrigues (2000) constatou, a partir da demanda ao Hospital Central da Polícia, que 23% das queixas que levam os profissionais a buscarem ajuda são cefaléia e mal estar geral, 10,2% são as cefaléias relacionadas à hipertensão, 15% são problemas dermatológicos, 24%, por problemas ortopédicos, 11% doenças gratrointestinais e 10,2%, dor pré-cordial, ansiedade, tensão e nervosismo.

Os profissionais da área militar vivem em grande zona de risco no seu cotidiano, pois eles são responsáveis pela ordem, funcionamentos e segurança da sociedade, assim pode-se perceber um grande número de militares adoecendo a cada ano (KAPLAN; SADOCK, 1984). Para o policial militar a sua função não é apenas quando o mesmo encontra-se de serviço, ele está sempre em alerta até no seu período de folga. (MIRABETE, 1998; GUIMARÃES, 1999).

Souza e Minayo (2005) relatam que o índice de agravos à saúde física e mental dos policias militares é altíssimo. Com isso, os policiais têm maiores possibilidades a acidentes e violência que podem acarretar à morte prematura. Esse fato gera sofrimento psíquico diminuindo o vigor da atuação no trabalho (PORTO, 2004). Assim, um olhar diferente e sensível em prol de mudanças e ressignificações são imprescindíveis ao mundo do trabalho.

4.2 Prevenção e Promoção de Saúde Mental do Trabalhador Militar

Os documentos das agências, tanto nacionais quanto internacionais, falam da necessidade de formular políticas e operacionalizar ações referentes à saúde do trabalhador visando promover e manter o mais elevado grau de bem estar físico, mental e social dos trabalhadores em todas as profissões e atividades econômicas. Para Pelacchi (1999), é importante que as condições de trabalho e equipamento dos policiais sejam adequadas, sobre a importância de um bom recrutamento e boa educação e formação posterior assim como de uma boa remuneração e plano de carreira confiável.

No Estado de Santa Catarina foi implantado um importante projeto do Plano de Comando da Corporação da Polícia Militar. A PMSC passou a contar com o Serviço de Psicologia nas Regiões de Polícia Militar (RPM). A equipe de 12 psicólogos é composta por 11 soldados e um capitão graduados em Psicologia, e a maioria possui especialização nessa área. Este serviço é gratuito e tem o objetivo de problematizar a saúde mental e qualidade de vida aos policiais militares ativos, oferecendo serviços psicológicos focados na relação do profissional com o serviço policial militar (PMSC, 2013).

Amador (1999), ao analisar a relação entre trabalho e saúde mental na categoria dos policiais militares, julga ser de fundamental importância considerar os policiais como trabalhadores que sofrem o impacto do trabalho sobre a sua subjetividade e saúde. Propondo que os casos de violência policial, entre outras transgressões disciplinares, de adoecimento físico e psíquico e até mesmo de suicídio, sejam analisados não somente quantitativamente, mas também sob a perspectiva qualitativa. Tal interpretação deve ser promovida entre os próprios policiais, para que através da inteligibilidade de seu sofrimento no trabalho, possam chegar à transformação do seu fazer.

Assim, podemos concluir que a questão da Segurança Pública consiste também em uma importante questão de Saúde Pública na medida em que o fazer policial não traduz apenas um conhecimento ou desconhecimento técnico, mas também a vivência de um

sofrimento, cujas repercussões atingem um número expressivo de homens e mulheres, quer sejam policiais, familiares destes, redes de sociais as quais fazem parte, quer sejam pertencentes à população em geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As problemáticas abordadas anteriormente, nos permitem inferir que, diante da complexidade que as envolve, a necessidade de novas pesquisas e explorações seria pertinente em termos de contribuições positivas para os estudos no campo da saúde, dirigidas especificamente a classe trabalhadora dos Policiais Militares. Ressaltando também a criação e importância de projetos interventivos ao contexto trabalhado aqui.

As pesquisas que envolvem policiais militares no que concerne às atividades laborais, são voltadas em sua grande maioria para fatores de risco a saúde em termos do corpo biológico e alguns que destacam o estresse. Porém, raros são aqueles que abordam outras formas de sofrimento psíquico, como por exemplo, a depressão, angústia, melancolia, tristeza, solidão, rejeição e possíveis suicídios. Sem desmerecer as vulnerabilidades físicas, faz-se importante este alerta às demandas marginalizadas do contexto biopsicossocial do Policial Militar.

Reconhece-se também que a relação saúde/doença/sofrimento será distinta para cada sujeito, havendo aqueles que conseguem, mesmo dentro das limitações, saber lidar de maneira equilibrada com as exigências, demandas e o cuidado de si.

Mesmo assim, são necessárias medidas que venham a contribuir para minimizar os impactos desse contexto problemático da atividade profissional na "saúde" (em seu sentido mais amplo) do trabalhador. A descrição e explicação das atividades cotidianas dos trabalhadores, das exigências que a tarefa lhes impõe e, do que eles fazem para lidar com essas exigências e dar conta de suas atribuições tornaram-se premissas importantes para identificar as condições reais do trabalho do policial militar.

Por fim, considerando a delicadeza que é falar sobre o trabalho do Policial Militar e sua relação com o Sofrimento Psíquico, vislumbra-se o surgimento de mudanças e propostas inovadoras.

REFERÊNCIAS

AMADOR, F. S. **Trabalho e Saúde - considerações a respeito da categoria dos policiais militares**. Unidade, Porto Alegre, n. 40, 43-55. 1999. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-04122009-112509/pt-br.php. Acesso em: 05 de Out 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho:** manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: http://pesquisa.bvsalud.org/bvsms/resource/pt/oai-bvs-ms-ms-3410>. Acesso em: 02 de Out 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST.** Decreto Nº 7.602, de 7 de novembro de 2011, **Brasília:** Ministério do Trabalho e Emprego, **2011.** Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_seguranca_saude.pdf. Acesso em: Nov 2015.

CONDÔLO, M. L, *et al.* Estresse, a influência no desempenho dos profissionais integrantes das carreiras de fiscalização, policia militar e civil no estado do Paraná: um estudo de caso. Ponta Grossa- PR, 2006. Disponível em:

http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/gestao_de_politicas_publicas_no_parana_coletanea_de_estudos/cap_8_administracao_e_previdencia/capitulo_8_2.pdf. Acesso em: Nov 2015.

COSTA, M. A. A. Estresse – Um diagnóstico dos policiais militares da cidade de natal – **Brasil.** Tese apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Norte para obtenção do título de doutorado em ciências da saúde pelo programa de pós-graduação em ciências da saúde, Natal, p. 1-69, 2007. Disponível em:

http://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13387. Acesso em: Out 2015.

FREUD, S. (2004). **El malestar em la cultura**. In: Obras completas: el porvenir de una ilusión; el malestar en la cultura y otras obras (1927-1931). *2 ed.* Tradução de José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu.

GASPARINI, D. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2001.

GERHARDT, T. E; LOPES, M. J. M.; ROESE, A.; SOUZA, A. A construção e a utilização do diário de campo em pesquisas científicas. International Journal of Qualitative Methods. 2005.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, A.F. O contrato do trabalho do policial mlilitar. Resvita direito militar da associação dos magistrados das justiças militares estaduais. Florianópolis, v.3, n.17, p. 6-8, mai./jun. 1999.

- LIMA, M. E. A. A polêmica em torno do nexo causal entre distúrbio mental e trabalho. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 10, n. 14, p. 82-91, dez. 2003. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI 20041213154638.pdf>. Acesso em: Nov. 2015.
- LIPP, M. E. N. Estresse emocional: a contribuição de estressores internos e externos. Rev. Psiq. Clínica 28. 2001. Disponível em: . Acesso em: Out 2015.
- MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. (Org.). **Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2010000100022&script=sci_arttext. Acesso em: 16 de Nov. 2015
- MIRABETE, J.F. Processo Penal. São Paulo: 1998.
- NOGUEIRA, G. E. G, MOREIRA, A. L. C. As formações grupais e seus efeitos nas instituições policiais militares. **Revista de Psicologia Saúde Mental e Segurança Pública,** Belo Horizonte, n.1, 35-39. 1999. Disponível em: http://ead.policiamilitar.mg.gov.br/repm/index.php/psicopm/article/view/69. Acesso em: 10 de Nov. 2015.
- OLIVEIRA, D. R. **Atividade policial e sua relação com a síndrome de burnout**. Revista Eficaz Revista científica online z ISSN 2178-0552, 2011. Disponível em: http://www.anamt.org.br/site/upload_arquivos/revista_brasileira_volume_8_n%C2%B0_2_dez_2010_1212201310152533424.pdf>. Acesso em: Out 2015.
- OLIVEIRA, K. L, SANTOS, L.M. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, no 25, set./dez. 2010, p. 224-250. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000300009>. Acesso em: 02 de Out 2015.
- PELACCHI, A. J. **Enfoque sobre as estratégias policiais nas sociedades contemporâneas. Unidade,** Porto Alegre, n. 40, 1999. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000114&pid=S1414-9893200200030000900018&lng=en. Acesso em: 23 de Out 2015.
- PMSC. Polícia Militar de Santa Catarina. **Serviço de Psicologia é implantado nas Regiões de Polícia Militar**. 2013. Disponível em: http://www.pm.sc.gov.br/noticias/servico-de-psicologia-e-implantado-nas-regioes-de-policia-militar.html. Acesso em: 15 de Nov. de 2015.
- PONCIONI, P. **O** modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do estado do Rio de Janeiro. Sociedade e Estado, v. 20, n. 3, p. 585-610, set./dez. 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922005000300005&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 de Nov. de 2015.

SILVA. M. B, VIEIRA. S.B. **O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental**. Saúde e Sociedade. São Paulo, v. 17, n. 4, out/dez, 2008. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902008000400016&script=sci_arttext. Acesso em: 05 de Nov. de 2015.

SCLIAR, Moacyr. **História do conceito de saúde**. PHYSIS: **Rev. Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17 n1a03.pdf>. Acesso em: 20 de Nov. de 2015.